



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Ordem Patriarcal de Gênero e Relações Sexuais de Sexo)

**Divisão sociossexual e racial do trabalho: uma análise do
trabalho doméstico não remunerado**

Cláudia de Oliveira Vicente¹
Ana Lole²

Resumo. O trabalho visa analisar a centralidade do trabalho nas demandas dos afazeres domésticos nos marcos da sociedade capitalista, considerando as dimensões de gênero-raça-classe. Busca-se aprofundar o debate acerca da divisão sociossexual e racial do trabalho, tendo como questão norteadora o trabalho doméstico que por ser exercido majoritariamente por mulheres, principalmente pelas mulheres negras, não é tratado em grande parte da literatura clássica como trabalho. Tendo em vista os determinantes históricos da exploração-opressão de gênero-raça-classe as mulheres são levadas a experimentarem mais profundamente as condições de subalternização e feminização da pobreza.

Palavras-chave: Divisão sociossexual e racial do trabalho; trabalho doméstico; reprodução social.

Abstract. The work aims to analyze the centrality of work in the demands of domestic tasks within the framework of capitalist society, considering the gender-race-class dimensions. The aim is to deepen the debate about the sexual and racial division of labor, with the guiding question being that domestic work, as it is carried out mostly by women – especially black women –, is not treated in much of classical literature as work. Bearing in mind the historical determinants of gender-race-class exploitation-oppression, women are led to experience more deeply the conditions of subalternization and feminization of poverty.

Keywords: Sociosexual and racial division of labor; housework; social reproduction.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar o mundo do trabalho no modo de produção capitalista é importante perceber que as formas de exploração e dominação desse sistema ocorrem de maneira diferente e mais acentuada na vida das mulheres pobres, negras e de países de economia periférica. Parte-se da premissa de que as relações de gênero e a divisão sociossexual e racial do trabalho atuam como marcadores sociais na construção do trabalho produtivo e reprodutivo na sociedade de classes. Com base nessa perspectiva, é fundamental discutir a questão da invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado. Indispensável à

¹ Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como Assistente Social na Clínica de Doenças Renais – CDR. E-mail: claudinhavicente@yahoo.com.br

² Assistente social. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio. E-mail: analole@gmail.com



manutenção da produção e reprodução não só do trabalho, mas da vida social. O trabalho doméstico não remunerado é historicamente julgado de menor valor e realizado, na maioria das vezes, por mulheres, de forma natural, quase sempre uma obrigação. Produto de uma construção social de visão androcêntrica, rege-se pela ideia de que os homens ocupam lugar central na sociedade e que o masculino é universal. No entanto, essa masculinidade universal está vinculada ao homem branco, cisheterossexual e preferencialmente de origem de países do norte global.

O objetivo desse artigo então é, portanto, tratar de aspectos da discussão que se concentram no papel das mulheres na produção e reprodução da força de trabalho no capitalismo. É nesse impasse teórico que o debate ativado pelas feministas desde os anos 1960 trouxe a necessidade de repensar o marxismo e o próprio feminismo marxista no conceito chave da sociedade capitalista que é a reprodução da força de trabalho, considerando as opressões de gênero e raça como parte constituinte da luta de classe. Na perspectiva feminista, o trabalho passa a ser dilatado na sua acepção marxista clássica, visto que o capitalismo é marcado pela valorização do valor como seu combustível essencial, porém, enquanto sistema, é um sociometabolismo complexo, permeado de mediações sociais e que, historicamente, produziu uma realidade que relegou a reprodução social predominantemente à esfera privada ou a desvalorizou e invisibilizou na esfera pública.

Nesta perspectiva da separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo o tempo que conta, o tempo que tem valor é aquele empregado na produção de mercadoria, gerador de mais valia. A mais valia é a base da acumulação do capital.

A apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista. O tempo do trabalho doméstico e do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção/reprodução. Mesmo na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico, elemento central para reprodução social, não é levado em conta.

2. REPRODUÇÃO SOCIAL A PARTIR DA DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

A hierarquia social está baseada na materialidade dos corpos se expressando, por exemplo, na divisão de gênero e raça no trabalho. Partimos do entendimento que a divisão sociossexual e racial do trabalho estrutura as esferas produtivas/reprodutivas. Com isso, estudos feministas têm expressado ao longo do tempo de forma crítica em relação ao conhecimento que sustenta a separação entre produção/reprodução, reivindicando a



necessidade de compreender as experiências na esfera do doméstico e do privado, que na sociedade moderna designou-se como a esfera da família, como parte da dinâmica do trabalho na sociedade capitalista.

Na contemporaneidade, os estudos a respeito do cuidado ou “care”, a partir de influências das feministas francófonas e anglo-saxônicas, passa a ser designado como central para a elucidação de muitos fenômenos sociais, dentre eles as estratégias neoliberais de proteção social, as formas de regulação da força de trabalho, como também para a articulação de estudos interseccionais.

Assim, ao considerar a divisão sexual do trabalho como a base material das relações sociais de sexo ou relações de gênero, conforme Kergoat e Hirata (2007), não significa pensar em termos de uma sociografia, por meio da qual se diferencia mulheres e homens no mercado de trabalho. Mas, essa “descrição do real” (Kergoat; Hirata, 2007, p. 596) permite observar os processos utilizados pela sociedade para hierarquizar os trabalhos e, portanto, os sexos. Para amparar tal ideia as autoras compreendem a divisão sexual do trabalho como:

[...] forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Kergoat, Hirata, 2007, p. 599).

Este conceito é entendido como uma forma da divisão social do trabalho a partir de dois princípios organizadores: o da separação, segundo o qual haveria trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o da hierarquização, que atribuiria maior valor ao trabalho dos homens (Kergoat, 2009, p. 67). Nessa perspectiva, organiza-se também a noção de que os homens estariam destinados à esfera produtiva/pública e as mulheres à esfera reprodutiva/privada. Como apontam Melo e Castilho (2009, p.138), isto representa “a invisibilidade do trabalho da mulher que está profundamente ligado à desqualificação do trabalho doméstico e à inferioridade feminina”. Desse modo, pode ser explicada a naturalização da disponibilidade das mulheres e da ideia de que teriam maior capacidade para desenvolverem as tarefas referentes ao cuidado. Para Biroli (2020), essas diferenças constroem a ideia de associação entre o corpo feminino e a responsabilidade pelos afazeres domésticos e essa domesticidade se origina em uma relação: o casamento.

Assim, os papéis sociais tornam-se sexuados, uma espécie de caminho natural, quando, na verdade, são produtos da relação do grupo social homens e do grupo social mulheres, os quais estão sempre em tensão, devido à categoria trabalho e suas divisões, como afirma Kergoat (2009).



Essas características, ditas femininas, se evidenciam com a divisão sexual do trabalho e desvalorizam o que é realizado pelas mulheres. Kergoat (2009) declara que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema. Para entender esse sistema, é necessário observar a dinâmica da exploração do trabalho das mulheres em sua totalidade, ou seja, analisar as relações sociais não apenas com base no fator sexo, mas também classe e raça/etnia. Para amparar tal pressuposto, Kergoat (2010), classifica as relações sociais de sexo, raça e classe de consubstanciais e coextensivas, vejamos:

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” reproduzem e se coproduzem mutuamente (Kergoat, 2010, p.94).

No sentido de haver uma “unidade de substância”, ou seja, nelas há “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Kergoat, 2010, p. 100). Segundo Kergoat (2016), cada uma dessas relações sociais é operada por meio de uma tríade: opressão/dominação/exploração. É esta tríade que as torna “consubstanciais”.

Nesse caso, uma das pioneiras que permeiam esse debate no Brasil é a autora Heleieth Saffioti que, em 1967, escreveu o livro *“A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”*. O pleno desenvolvimento capitalista expõe o trabalho feminino em um processo de marginalização das mulheres. Para a autora a participação feminina no mercado de trabalho formal não se deu de forma igual em todos os setores.

A grosso modo, as mulheres foram inseridas nas atividades mais precárias dentro do capitalismo. Com isso, essa relação entre os sexos com a classe social ganha uma visibilidade nos estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens, sobretudo quanto às diversas formas de violência e exploração advindas do capitalismo. A tese foi um marco na produção intelectual apresentando a relação classe e gênero a partir da realidade brasileira. Segundo Saffioti o sexo é uma característica da estratificação social, pois é um princípio de classificação social dos sujeitos que estabelece assimetrias, prestígios, status etc. A produção na sociedade capitalista depende da formação de uma força de trabalho que inclui alguns elementos e segrega outros. Essa seleção, por sua vez, depende fundamentalmente das atribuições de status baseados em sexo, idade, raça³, na medida em

³ O termo raça na obra da Saffioti perde o fôlego em sua análise, quando a autora enxerga a sociedade brasileira como um espaço de miscigenação onde o tom da cor poderia ser suavizado na figura do mulato. Nas palavras da autora: “As características raciais visíveis do grupo minoritário, muitas vezes selecionadas socialmente como marcas negativas, a fim de tornar desigual a competição para os dois grupos raciais em presença pode, portanto, perder-se através da miscigenação. No caso da mulher, o atributo isolado socialmente para operar como regulador da competição – o sexo – não pode nem ser atenuado nem desaparecer” (Saffioti, 2013, p.425-426).



que são esses os fatores que determinam quem ocupará lugares na produção e quem ficará subalternizado ou excluído nesse processo, esses caracteres funcionam como “marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (Saffioti, 2013, p.60).

Em diálogo intenso com esse debate a respeito do trabalho feminino, Saffioti publicou um livro “*Emprego Doméstico e Capitalismo*” no qual demonstrou como o capitalismo se alimenta da preservação e da organização arcaica de uma atividade, como é o caso do emprego doméstico:

[...] Má distribuição de renda nacional e a monopolização por parte de setores sociais privilegiados das possibilidades de escolarização mais avançada levam grandes contingentes femininos a buscar nos serviços prestados individualmente sua fonte de subsistência (Saffioti, 1979, p.16).

Para a referida autora, o trabalho doméstico não correspondia à produção simples de mercadorias, para ser trocado no mercado. Aquilo que é produzido, embora haja um contrato de trabalho que regule a compra e venda da força de trabalho a uma unidade familiar, seria para o consumo imediato da família empregadora – uma instituição não capitalista.

Em resumo, o trabalho doméstico estaria situado em um âmbito não capitalista e seria, portanto, incapaz de extrair mais-valia. No entanto, ainda que por meio do trabalho assalariado, o trabalho doméstico atuaria de forma não capitalista, a família auxiliaria na reprodução ampliada do capital. Assim, para Saffioti o problema estaria na injusta divisão do trabalho entre os sexos e não precisamente na natureza do trabalho doméstico. Além disso, a autora compreendeu que naquele período as mulheres trabalhadoras que constituíam a função de “empregadas domésticas preenchem uma das funções indicadas no conceito de ‘exército industrial de reserva’” (Saffioti, 1979, p. 21). Compreender como se engendra a composição da reserva de trabalhadores em países dependentes é fundamental para a percepção do fenômeno da superexploração que nem sempre se apresenta de forma explícita no mundo do trabalho. A existência dos trabalhadores que compõe a massa sobrando, pressiona o exército ativo às precarizações e violações de sua força de trabalho.

Portanto, a superexploração pode condicionar a experiência do trabalho sobre gênero com especificidades, além de constituir prerrogativa do capitalismo dependente, que conta com seu padrão de reprodução específico, categoria que “surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados” (Osorio, 2012, p. 40).

Ajustando o foco para a realidade brasileira, a partir das contribuições teóricas pelas intelectuais negras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luíza Bairros entre outras, com isso o feminismo negro teve, portanto, um papel primordial no engendramento do que mais tarde seria sistematizado no conceito de interseccionalidade.



No Brasil há o discurso da miscigenação, da convivência harmônica das raças e a segregação não foi oficializada. Assim, as mulheres negras continuam a ser invisibilizadas e marginalizadas nessa sociedade, principalmente pelo vínculo da formação social brasileira, a partir do período escravocrata que servirá como uma forma de manter vivo o fetiche da dominação, incorrendo no que Grada Kilomba chamou de “glorificação colonial” no livro “Memórias da Plantação” (2019). O efeito é a negação nacional do racismo, fortes acentos patriarcais, identidades marginalizadas e ausência de reparação histórica. Por isso, a situação da mulher negra no Brasil se solidifica, uma vez que não houve uma ruptura com o racismo, patriarcado e colonialismo, pelo contrário, houve o aprofundamento dos mesmos. É somente através do aprofundamento desta questão que poderemos compreender por que o trabalho doméstico, do cuidado é um trabalho feminino e majoritariamente exercido por mulheres não brancas. Beatriz Nascimento vai tratar dessa temática sobre as mulheres negras no mercado de trabalho:

[...] elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra (Nascimento, 2006, p.104).

A formação histórica do nosso país está assente sobre um processo violento de mais 500 anos de colonização e mais de 300 anos de escravização, exploração e genocídio de povos negros e indígenas como aponta Nascimento (2016). Os processos de extermínio e exploração dessas populações podem ser evidenciados hoje na constante destruição das áreas de preservação indígena, nos persistentes assassinatos das juventudes negras, no crescimento da concentração de renda e da pobreza, no encarceramento em massa ou na falta de acesso à educação, ao trabalho e ao lazer, a essas populações e reafirmando que a desigualdade social, econômica, política e cultural no Brasil tem cor.

Lélia Gonzalez nos convoca a compreender a experiência amefricana das vivências e ocupações negras e indígenas, sendo a categoria de amefricanidade possível para analisar as violências raciais contra pessoas negras (africanas e afro-brasileiras) e indígenas (povos originários das Américas):

Para além do seu caráter geográfico, ela designa todo um processo histórico de imensa dinâmica cultural (resistência acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelo africano. [...]. Seu valor metodológico, a nosso ver, está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que formaram uma determinada parte do mundo. [...] A presença amefricana constitui marca indelével na elaboração do perfil chamado novo mundo, apesar da denegação racista que habilmente se desloca, manifestando-se em diferentes níveis (político-ideológico, socioeconômico e psicocultural) (Gonzalez, 2020, p.137).

Esse termo amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural que é afrocentrada. Nas encruzilhadas do sexismo e do racismo, Gonzalez (1984) apresenta uma extensa contribuição de análises interseccionais que remontam ao período de colonização e aponta para as consequências deste processo que atingem as



mulheres negras até hoje. De modo semelhante, também tiveram que enfrentar a ausência de “[...] solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros” (Carneiro, 2003, p. 120).

As intersecções de raça, gênero e classe ganham destaque para o estudo das questões sociais, pois tais atributos marcam defasagens históricas para determinados grupos e são definidores do espaço social, principalmente do mercado de trabalho, com sua função de alçar socioeconomicamente o indivíduo. Entendemos, portanto, ser o trabalho doméstico remunerado/não remunerado é um espaço de relações sociais pelo qual essa dinâmica entre formas de opressão e assimetrias perpassa e é fundamental analisar como o arranjo da sociedade brasileira de elevada desigualdade entre as classes, estruturada racialmente, coloca certos grupos em estado de anomia.

Neste sentido, o conceito da divisão sexual e racial do trabalho é também a base para avançar na compreensão sobre o trabalho doméstico nesta relação entre patriarcado e capitalismo. Assim, como consequência da reprodução social, mulheres negras recebem os salários mais baixos e são mais expostas a violências domésticas, pois estão longe do topo da pirâmide econômica e social, mesmo sendo a maior força de trabalho não remunerado do país.

Analisar o trabalho doméstico remunerado no Brasil, implica falar da organização patriarcal da nossa sociedade, das nossas heranças escravocratas, das expressivas desigualdades sociais que existem em nosso país, incluindo o acesso desigual à educação e, conseqüentemente, a outras rotas de vida por ela abertas. O emprego doméstico expressa a divisão social, racial e sexual do trabalho, que reserva às mulheres a responsabilidade pelas atividades do cuidado da casa e dos membros da família, o que Lélia Gonzalez em seu texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, publicado em 1984, nos questiona da seguinte forma: “Cumé que a gente fica?”. Ao utilizar o termo “*mucama permitida*” a autora nos explica como esse termo acabou sendo ressignificado nos dias atuais nos papéis das mulheres negras na condição de servidão, por meio dos trabalhos desvalorizados como babás, faxineiras, cozinheiras etc., cumprindo historicamente um duplo papel na realização do trabalho: “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas [...]” (Gonzalez, 1984, p.230). Portanto, a precariedade e a vulnerabilidade continuam sendo a tônica que organiza a vida laboral das mulheres na sociedade capitalista e está presente nas formas atuais de sua inserção. Segundo Hirata (2011, p. 11), no caso do Brasil “onde o trabalho informal e sem proteção social foi sempre



dominante, assiste-se a instabilidade dos empregos estáveis, e a supressão, nos anos 1990, de empregos formais, sobretudo no setor industrial”.

Parte-se da compreensão de que o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade brasileira. E estas relações estruturantes penetram em todas as esferas da vida social, de forma que, os sujeitos, que são, ao mesmo tempo, constituídos de gênero, raça e classe, se relacionam com as condições sociais do período em que vivem em cada contexto. As reflexões traduzem a precariedade vivida por mulheres racializadas em que o racismo e o sexismo tenta reduzir a importância dessas sujeitas enquanto trabalhadoras responsáveis por grande parte da educação, cuidado e criação, colocando-as na condição de marginalizadas explorando a força de trabalho em prol de ganhos econômicos de um país ainda colonialista.

3. TRABALHO DOMÉSTICO FAMILIAR: QUEM FAZ?

No Brasil, o cuidado é prestado, na maioria das situações, por pessoas com algum grau de parentesco com a pessoa adoecida. Uma questão importante nesse caso são as mudanças na dinâmica e organização familiar, expressando novos padrões de convivência familiar. Alencar chama a atenção para o fato de que essa situação “[...] reproduz novas condições para o estabelecimento das relações entre os membros no que se refere à divisão do trabalho doméstico, às relações de gênero e entre gerações e, ainda, no que se refere aos mecanismos de ajuda mútua e solidariedade” (Alencar, 2010, p. 149).

Historicamente, a mulher sempre foi responsável pelo cuidado, seja da casa ou dos filhos, ou mesmo dos membros familiares adoecidos, enquanto o papel do homem era de trabalhar fora para garantir o provimento financeiro da família. Apesar de todas as mudanças sociais na composição familiar e dos novos papéis assumidos pela mulher, destacando-se sua maior participação no mercado de trabalho, ainda se espera que a mulher assuma as funções do cuidado e das atividades domésticas dentro e fora do lar, acumulando dupla jornada de trabalho. Assim, passamos a analisar os dados do perfil das pessoas que realizam o trabalho do cuidado e do trabalho doméstico no âmbito familiar por gênero.

Tabela 1: Perfil de pessoas que realizam o trabalho de cuidado e afazeres domésticos

Gênero (trabalho de cuidado)	2017	2018	2019	2022
Masculino (%)	25,6	37,0	25,9	23,3
Feminino (%)	26,1	37,0	36,8	34,9
Gênero (afazeres domésticos)	2017	2018	2019	2022
Masculino (%)	76,4	78,2	78,6	79,2
Feminino (%)	91,7	92,2	92,1	91,3

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.



O predomínio de mulheres que ocupam o trabalho de cuidado e dos afazeres domésticos se justifica pelo fato de a mulher ser considerada “tradicional provedora dos cuidados da família”. Assim, são atribuídas às mulheres funções que são vistas pelo senso comum como funções femininas. O cuidar do outro configura como mais uma das tarefas “naturais da mulher”. Cabe destacar as diferenças percentuais não apenas na divisão sexual dos papéis entre homens e mulheres, mas ao que se refere o tipo de atividade que ocorre dentro dos lares.

Podemos perceber que nos dados que compreendem os afazeres domésticos, os homens apresentam uma participação maior ao longo do tempo, porém menor quando comparado às mulheres. Contudo, quando olhamos para as atividades que se vinculam ao cuidado de alguém, a diferença entre a participação masculina e a feminina reduz bastante.

As mulheres também apresentaram dados expressivos quando separamos as atividades domésticas e as atividades ligadas ao cuidado. Analisando os dados mais recentes do ano de 2022, temos 91,3 % das mulheres voltadas a alguma atividade doméstica, enquanto 34,9% afirmaram estarem no cuidado de alguém. A proporção de pessoas fazendo atividades domésticas é superior as atividades do cuidado. Compreendendo que, muitas vezes, o trabalho do cuidado ocorre como extensão das atividades domésticas.

Vale mencionar que há uma diminuição das mulheres nos afazeres domésticos ao longo dos anos, e uma progressiva participação dos homens embora bem menor que as mulheres. Já no trabalho do cuidado, ocorre uma diminuição na participação de ambos.

Tabela 2: Raça/cor e Gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos

Homem	2017	2019	2022
Branca (%)	77,8	80,4	80,0
Preta (%)	77,7	80,9	80,6
Parda (%)	74,7	76,5	78,0
Mulher	2017	2019	2022
Branca (%)	90,9	91,5	90,5
Preta (%)	93,5	94,1	92,7
Parda (%)	92,3	92,3	91,9

Fonte: Adaptado do IBGE, 2023.

Ao analisarmos a tabela 2 na qual verificamos o perfil das pessoas frente as atividades domésticas, novamente os homens brancos foram as pessoas que menos realizaram os serviços domésticos. Em seguida foram os homens pardos e depois os



homens autodeclarados negros. Na realidade das mulheres, observamos a diferença entre os papéis sexuais entre homens e mulheres nos afazeres domésticos, já que são numericamente superiores a eles. No ano de 2022, os dados mais recentes, as mulheres foram as maiores responsáveis pela linha do cuidado intrafamiliar, com as mulheres brancas num percentual de 31,5%; mulheres pretas com 36, 1% e pardas com 38%. Enquanto a carga do trabalho doméstico familiar estão as mulheres brancas (90,5%) as mulheres pretas (92,7%) e as mulheres pardas (91,9%). Com isso os dados confirmam o que a literatura sistematicamente aponta: que as mulheres negras, representando a soma entre pretas e pardas, no âmbito familiar são as maiores responsáveis pelo trabalho do cuidado e trabalho doméstico.

É interessante, quando isolamos o componente raça/cor, destacar que as pessoas entrevistadas que se autodeclararam pardas, independente do gênero, foram as que mais realizaram o cuidado familiar, comparadas com os homens e mulheres autodeclaradas pretas e brancas. No entanto, quando analisamos o mesmo perfil para as atividades domésticas, percebemos que houve uma mudança de posição, as mulheres e homens considerados pretos foram os que mais realizaram as tarefas domésticas nos lares. Principalmente os homens pretos apresentaram uma taxa mais significativa se comparada aos homens pardos e brancos.

Percebemos que as pessoas autodeclaradas pardas estavam mais vinculadas ao cuidado e as pessoas pretas voltadas as atividades domésticas. Essa realidade não está desacoplada do próprio debate racial que permeia quando referimos a posição das mulheres pretas nos espaços produtivos na maioria nos setores de serviços como o trabalho doméstico.

Pensar a questão racial na sociedade brasileira na figura do pardo remete refletir sobre a fronteira entre o preto e o branco. É verdade que historicamente há uma recusa ao termo preto. Nesse sentido, como, historicamente, o ser negro é associado à escravidão, ao trabalho braçal, à pobreza e à criminalidade, o natural que pessoas pretas e pardas busquem o embranquecimento como referência. Corroborando com essa ideia Wood e Carvalho (1994, p. 9) afirmam que “é razoável antecipar isto por causa do maior estigma social associado ao preto, comparado ao pardo, e, conseqüentemente, do desejo maior de deixar a categoria preto”. Dessa forma, a representação do pardo, fornece as bases para a existência que permite a perpetuação do mito da democracia racial preconizado no Brasil desde a velha república. Gomes oferece para esse debate a ideia do “limbo racial-identitário” (2019, p. 70). Termo bastante apropriado para analisar o papel, a posição social que as pessoas pardas ocupam na sociedade brasileira. O preconceito se intensifica na razão direta desta escala de cor de outras características fenotípicas, podemos dizer “[...]”



existe uma escala de gradação que vai do estritamente branco (o nível ideal) ao completamente preto” (Osorio, 2004, p. 111).

A literatura sobre o tema prioriza a desigualdade racial e a de gênero que se manifestam frequentemente com famílias em condições materiais de vulnerabilidade e também no acesso desigual ao mercado de trabalho, com diferenças salariais, seja na possibilidade de promoção na carreira e de alcançar postos de liderança. Mas é preciso considerar que algumas formas de discriminação também permeiam a reprodução da precariedade ocupacional no país. Geralmente as negras e os negros acabam por ocupar no mercado de trabalho as atividades laborativas desvalorizadas, mal remuneradas e precárias; na prática, boa parte delas e deles fica na informalidade ou nos empregos considerados domésticos (babás, cozinheiras, motoristas etc.).

Outra questão destacada ao comparar o percentual de pessoas que realizam o cuidado familiar e as pessoas que realizam atividades domésticas. As tarefas domésticas apareceram com mais ênfase do que propriamente o trabalho de cuidado de alguém. E certamente as mulheres são as maiores responsáveis por essas atividades. Referente ao cuidado é notória a baixa participação masculina, comparada à participação deles nas atividades domésticas. A seguir veremos a faixa etária e gênero das pessoas que estão a cargo do cuidado e afazer doméstico no âmbito familiar.

Tabela 3: Idade e Gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos

Homem	2017	2019	2022
14-24 anos (%)	63,5	67,8	69,3
25-49 anos (%)	80,9	82,3	83,2
50 anos ou mais (%)	79,3	80,7	79,6
Mulher	2017	2019	2022
14-24 anos (%)	85,2	86,4	86,00
25-49 anos (%)	95,4	95,5	95,1
50 anos ou mais (%)	90,8	91,00	89,2

Fonte: Adaptado do IBGE, 2023

Nos dados da tabela 3, que remete aos afazeres domésticos, a faixa etária entre 25 e 49 anos também permanece liderando: em 2022 aparecem respectivamente as mulheres (95,1%) e os homens (83,2%). Entre o grupo mais jovem, que compreende a faixa etária de 14 a 24 anos, as mulheres (83%) gastam mais tempo se dedicando a alguma atividade doméstica em comparação ao sexo masculino homens (69,3%). As mulheres com 50 anos ou mais, apresentaram (98,2%) e os homens (79,6%). Devemos mencionar que os homens



nessa faixa etária tiveram uma expressiva participação comparando os afazeres voltados ao cuidado de alguém.

Efetivamente uma das maiores transformações mundiais que vem ocorrendo na sociedade nos últimos tempos, no plano das famílias, é o fenômeno de feminização do mercado de trabalho (Bruschini; Lombardi, 2000; Debert, 2015, 2016), situação também observada no Brasil, com o ingresso cada vez maior da força de trabalho das mulheres no setor produtivo da sociedade. Todavia, em que pese o nível de escolaridade feminina ter aumentado nos últimos anos conforme demonstram as pesquisas elaboradas pelo IBGE, a condição das mulheres pouco se alterou em relação à ocupação de postos de trabalho, no que diz respeito a quantidade ou qualidade, como no caso de acesso a cargos em níveis mais superiores, ou ainda melhorias na condição de emprego e renda

Tabela 4: Nível de instrução e gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos:

Homem	2018	2019	2022
Sem instrução e fundamental incompleto (%)	74,3	74,1	74,4
Ensino fundamental completo e médio incompleto (%)	76,5	77,4	76,9
Ensino médio completo e superior incompleto (%)	81,3	81,7	81,9
Superior completo (%)	85,4	85,7	86,2
Mulher	2018	2019	2022
Sem instrução e fundamental incompleto (%)	90,1	89,6	87,8
Ensino fundamental completo e médio incompleto (%)	92,7	92,5	91,4
Ensino médio completo e superior incompleto (%)	93,7	93,9	93,3
Superior completo (%)	93,4	93,4	93,0

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023

O grau de escolaridade é também um importante marcador social, pois contribui na compreensão da dinâmica que vivenciam as diferentes famílias em nível de desigualdade social, econômica no que tange o tipo de trabalho e sua remuneração. E de que forma essa desigualdade também de gênero e raça repercute na vida das mulheres que precisam também exercer o trabalho do cuidado e doméstico não remunerado?

Homens e mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto desde 2018 a 2022 tem reduzido sua participação no trabalho de cuidado familiar. Enquanto o ensino fundamental completo e médio incompleto sofreu uma estagnação tanto para os homens quanto para as mulheres. Vale notar um aumento da participação de homens no trabalho de cuidado à medida em que aumenta o grau de instrução, verificando-se nesse sentido maior expressão entre os homens com nível superior completo. Diferentemente das



mulheres, o segmento mais envolvido com o trabalho de cuidado é o de mulheres com ensino fundamental completo e médio incompleto.

Verificando o nível de escolaridade para os grupos que realizam as atividades domésticas, observamos uma maior participação de homens com ensino superior completo, embora não haja no caso das mulheres uma diminuição significativa dos encargos domésticos mesmo entre aquelas que declaram possuir ensino superior completo. Ao retomarmos os dados anteriores que demonstraram o maior envolvimento das mulheres pardas e negras com as atividades ligadas ao cuidado e aos afazeres domésticos familiares certamente há um impacto nas relações de trabalho, onde as condições laborais se intensificam ainda mais, já que estão inseridas em trabalhos muito precarizados. Numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços a partir da hierarquia de classe, gênero e sobretudo raça, existem alguns mecanismos para selecionar pessoas que vão preencher determinados espaços:

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de emprego, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status e, consequentemente de maior remuneração (Nascimento, 2009, p. 54).

Nascimento (2006) afirma que na sociedade brasileira de origem escravagista é fundamental inserir no processo da formação social brasileira a história do negro nesse país. Portanto, não é possível articular o conceito e a realidade social a partir da classe social e do gênero sem articular a questão racial. E no caso as mulheres negras, atualmente, apesar dos diversos avanços na área educacional, principalmente com ascensão das ações afirmativas nas universidades e outras formas de ingresso no ensino superior, ainda assim ocupam posições no espaço produtivo similares as que ocupavam na sociedade colonial.

Por hora depreendemos que são as mulheres em idade produtiva (25 a 49 anos), negras (pretas e pardas) e com escolaridade mais alta (médio completo e superior completo) que se encontram mais envolvidas no trabalho de cuidado e nos afazeres domésticos ao longo dos anos de 2017 e 2022 no Brasil. Cabe ressaltar que esses enfrentamentos ganham contornos mais profundos na América Latina e especificamente no contexto do Brasil, que historicamente tem no familismo o recurso da transferência de papel do Estado na provisão de proteção social. A partir daí as famílias vão buscar dentro das possibilidades materiais e subjetivas essa lacuna que há na ausência de políticas sociais que tem por objetivo pensar o cuidado enquanto agenda política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade propõe para as ciências sociais e humanas uma análise sobre as diferentes formas de opressão e das formas em que a



“ferida colonial” se encarna nos corpos situados historicamente em processos particulares e locais. Argumentamos que a divisão social, sexual e racial não está externa a essas análises, ao contrário está fortemente imbricada com o todo o processo histórico, social na qual o capitalismo se desenvolve até os dias atuais.

Esta reflexão permite que se repense o que significa realmente o trabalho de produção/reprodução social e conseqüentemente o próprio conceito de classe social e as análises de reprodução enquanto processo que produz em totalidade a força de trabalho.

Pensar o trabalho do doméstico na esfera produtiva/reprodutiva, enquanto categoria trabalho, independente se o produto dessa força de trabalho seja para valor de uso e ou de troca é abrir a possibilidade de encarar uma nova dinâmica na luta de classes, que também permite considerar todas trabalhadoras e todos trabalhadores que são tradicionalmente excluídos dos movimentos contra a exploração.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres. Família, trabalho e reprodução social: limites na realidade brasileira. In: DUARTE, Marco José O.; ALENCAR, Mônica M. T. (Org.). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 9 ago. 2023.

DEBERT, Guita Grin. Migrações e o Cuidado do idoso. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 46, p. 129-149, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3NTMvDqHSVnXjpcJxmGrsTn/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 14 set. 2023. 14:45.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, pp. 7-41, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/xn63L5MQssvMRG4ytGHvJXM/?format=pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.14:09.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 66-78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31930>. Acesso em: 13 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-



[%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](#). Acesso em: 12 out.2023. 13:00

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. esp. 1, p. 15-22, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/M4ycWQHC74JXtmXcfqNxTyy/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 18 jul. 2023. 12:15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/?lang=pt#>. Acesso em: 18 ago. 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2023. 18:10.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz? **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v 13, n 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTIS, Alex (Org.). **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial - Instituto Luanda, 2006.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando a raça a sério: ações afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SAFFIOTI, Helieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1967].

SAFFIOTI, Helieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 3-17, 1994.